



CADERNO DE QUESTÕES

ASSISTENTE SOCIAL

NÍVEL SUPERIOR/ MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este Caderno de Questões contém **60 (sessenta)** questões objetivas de múltipla escolha.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou distorções textuais ou em imagens. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
3. A prova terá a duração de **3 h (três horas)**, incluindo o tempo de preenchimento da Folha de Respostas.
4. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **1h (uma hora)** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas da prova será o único documento válido para correção.
6. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões quando faltarem **60 (sessenta)** minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
9. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
10. Os dois últimos candidatos sairão juntos.

ATENÇÃO!

A transcrição da frase mestra é obrigatória, e servirá para identificar o cartão resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada!

O Caderno de Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva serão divulgados no endereço <www.paconcursos.com.br>

DESTAQUE AQUI

01		13		25		37		49	
02		14		26		38		50	
03		15		27		39		51	
04		16		28		40		52	
05		17		29		41		53	
06		18		30		42		54	
07		19		31		43		55	
08		20		32		44		56	
09		21		33		45		57	
10		22		34		46		58	
11		23		35		47		59	
12		24		36		48		60	

LINGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Considere o aviso a seguir, afixado em um refeitório institucional:



Disponível em:

<http://trabalhodeportinstrumentaljossetarci.blogspot.com/2017/04/ambiguidade-sintatica-e-semantica.html>. Acesso em 15 fev. 2026.

A frase apresenta um problema de construção que gera ambiguidade. Assinale a alternativa que identifica **CORRETAMENTE** a causa dessa ambiguidade e a reescreve de forma a eliminá-la, mantendo o sentido pretendido pela direção do estabelecimento.

(A) A ambiguidade é lexical, pois a palavra "prato" pode significar tanto o utensílio quanto a refeição. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido duas pessoas comerem o mesmo prato."

(B) A ambiguidade é estrutural (ou sintática), pois a expressão "duas pessoas" pode ser interpretada como sujeito ou como objeto direto do verbo "comer". Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido que duas pessoas comam no mesmo prato."

(C) A ambiguidade é polissêmica, pois o verbo "comer" possui mais de um significado. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido alimentar-se de duas pessoas utilizando o mesmo prato."

(D) A ambiguidade é referencial, pois não fica claro a quem "a direção" se refere. Reescreve-se corretamente como: "Atenção, direção! Não é permitido comer duas pessoas no mesmo prato."

(E) A frase não apresenta ambiguidade, apenas uma inadequação de pontuação. A forma correta seria: "Atenção! Não é permitido comer, duas pessoas, no mesmo prato."

QUESTÃO 02

Leia o texto abaixo para responder:

"O economista Pedro Gomes defende a semana de quatro dias de trabalho não para tornar as pessoas mais felizes, mas sim porque acredita que, assim, será possível salvar o capitalismo.

Autor do livro *Sexta-feira é o novo sábado* (2021), o professor de economia da Universidade de Londres em *Birkbeck* afirma que o mundo passou por transformações profundas ao longo das últimas décadas, mas o trabalho não acompanhou essas mudanças.

O resultado são funcionários estafados e famílias exaustas — isso pensando na realidade de países em que prevalece a escala 5x1.

Enquanto o Brasil vê ganhar fôlego a campanha para acabar com a semana de seis dias de trabalho com um dia de folga, Gomes aplaude a iniciativa, considerando o modelo algo remanescente do século 19.

Mas frisa a necessidade de que as mudanças sejam graduais e bem planejadas, com diferentes soluções sendo encontradas para diversos setores."

Sobre o texto, analise as afirmativas:

I. A tese central defendida por Pedro Gomes é que a redução da jornada de trabalho para quatro dias semanais deve ser implementada prioritariamente para melhorar a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores.

II. Depreende-se do texto que, para o autor, o modelo de trabalho vigente (escala 5x1) não acompanhou as transformações sociais e econômicas das últimas décadas, gerando desgaste para os trabalhadores.

III. O público-alvo prioritário do texto são especialistas em economia e mercado de trabalho, uma vez que a argumentação se restringe a dados técnicos e estatísticos sobre produtividade.

IV. O texto estabelece uma comparação implícita entre a realidade brasileira (debate sobre o fim da escala 6x1) e a proposta mais ampla de Gomes (semana de quatro dias), situando-as em um mesmo espectro de discussão sobre flexibilização da jornada.

Está **CORRETO** o que se afirma apenas em:

(A) I e II.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I e III.

(E) II, III e IV.

QUESTÃO 03

Considerando as características dos gêneros textuais no contexto da comunicação oficial e pública, relacione a coluna A (intencionalidade discursiva predominante) à coluna B (gênero):

Coluna A

1. Expor, de forma detalhada e impessoal, fatos e conclusões de uma investigação, visando à objetividade e à comprovação de hipóteses.
2. Interpretar um fato cotidiano sob uma ótica subjetiva e muitas vezes poética, estabelecendo uma cumplicidade com o leitor por meio da reflexão sobre o ordinário.
3. Apresentar a posição institucional do veículo sobre um tema de relevância pública, buscando influenciar a opinião pública e os agentes políticos por meio da argumentação.

Coluna B

- () Editorial de um grande jornal.
() Relatório técnico de comissão parlamentar de inquérito.
() Crônica publicada em revista semanal.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) 3, 1, 2.
(B) 2, 3, 1.
(C) 1, 2, 3.
(D) 2, 1, 3.
(E) 3, 2, 1.

QUESTÃO 04

De acordo com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a frase inteiramente **CORRETA** quanto à grafia, acentuação e emprego de maiúsculas/siglas é:

- (A) A ONG apresentou um relatório sobre o microônibus elétrico, cujo protótipo, em fase de auto-aprendizagem, opera com uma tecnologia que não emite poluentes.
(B) O requerimento foi encaminhado ao IPHAN solicitando autorização para a reforma do imóvel, uma vez que o novo projeto prevê a instalação de uma anti-sala e de um mini-auditório.
(C) O parecer técnico da CPRM indicou que o aquífero está com nível preocupante, o que, por si só, já justificaria a decretação de estado de emergência hídrica pelo prefeito.

- (D) A cooperativa de catadores de material reciclável, que firmou convênio com a COMLURB, foi a única a receber o prêmio de destaque em sustentabilidade, recebendo um troféu e um pingente de ouro.
(E) A Assembléia Legislativa aprovou, em turno único, o projeto que cria a Área de Proteção Ambiental, visando coibir o desmatamento e incentivar a criação de abelhas nativas sem ferrão.

QUESTÃO 05

No período “O Ministério Público – **órgão permanentemente essencial à função jurisdicional do Estado** – promoveu, **na última semana**, uma audiência pública; contudo, a participação popular, **embora esperada**, ficou aquém do desejado.”, o emprego dos sinais de pontuação produz, respectivamente, os seguintes efeitos de sentido ou funções:

- (A) O travessão isola um aposto explicativo com valor adverbial; vírgulas em “na última semana” destacam um adjunto adverbial deslocado; o ponto e vírgula separa orações coordenadas sindéticas adversativas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma conjunção concessiva.
(B) O travessão isola um vocativo com valor substantivo; vírgulas em “na última semana” separam elementos de mesma função sintática; o ponto e vírgula introduz uma oração subordinada adverbial consecutiva; vírgulas em “embora esperada” marcam a elipse do verbo.
(C) O travessão isola um adjunto adverbial intercalado com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” marcam a ênclise obrigatória; o ponto e vírgula separa orações subordinadas substantivas; vírgulas em “embora esperada” indicam a supressão de um termo.
(D) O travessão isola um termo de natureza apositiva com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” destacam uma expressão circunstancial deslocada; o ponto e vírgula separa orações coordenadas assindéticas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adverbial concessiva intercalada.
(E) O travessão isola um termo acessório com valor restritivo; vírgulas em “na última hora” marcam a próclise em locução verbal; o ponto e vírgula separa orações coordenadas conclusivas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adjetiva explicativa.

QUESTÃO 06

Analise as ocorrências da partícula “se” nas seguintes orações:

- I. “Não se trata de uma ação de indenização por danos materiais, mas de obrigação de fazer.”
- II. “Os documentos extraviaram-se durante a tramitação do processo na secretaria.”
- III. “Precisa-se de intérpretes para a audiência com a comunidade indígena.”
- IV. “O réu feriu-se com a própria arma durante a discussão, segundo a perícia.”

As funções da partícula “se” são, respectivamente:

- (A) Parte integrante do verbo, pronome apassivador, índice de indeterminação do sujeito e pronome reflexivo.
- (B) Índice de indeterminação do sujeito, pronome apassivador, partícula de realce e pronome recíproco.
- (C) Conjunção subordinativa integrante, pronome reflexivo, índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo.
- (D) Partícula expletiva, pronome apassivador, conjunção condicional e pronome reflexivo.
- (E) Índice de indeterminação do sujeito, pronome reflexivo, partícula apassivadora e parte integrante do verbo.

QUESTÃO 07

Leia os textos abaixo para responder à questão.

Texto I

*Nasce a manhã, a luz tem cheiro... Ei-la que assoma
Pelo ar sutil... Tem cheiro a luz, a manhã nasce...
Oh sonora audição colorida do aroma!
(Alphonsus de Guimaraens)*

Texto II

*“Querida querer gritar setecentas mil vezes
Como são lindos,
Como são lindos os burgueses”
(Caetano Veloso)*

Texto III

*“Não chorem... que não morreu!
Era um anjinho do céu
Que um outro anjinho chamou!
Era uma luz peregrina,
Era uma estrela divina
Que ao firmamento voou!”
(Alvares de Azevedo)*

Considerando os recursos estilísticos e as figuras de linguagem presentes nos textos, analise as afirmativas:

- I. No Texto I, a expressão "sonora audição colorida do aroma" articula três dimensões sensoriais distintas (som, visão e olfato) em uma mesma imagem, configurando-se, assim, na figura de linguagem sinestesia.
- II. No Texto II, a repetição da estrutura "Como são lindos" caracteriza catáfora, e o emprego do verbo "querer" no infinitivo seguido de "querer gritar" ("Querida querer gritar") cria um vício de linguagem chamado pleonasma vicioso.
- III. No Texto III, a caracterização da criança morta como "anjinho do céu", "luz peregrina" e "estrela divina" constitui uma gradação ascendente de metáforas (alegoria), enquanto a ideia de que "não morreu" porque foi chamada por outro anjo configura um eufemismo para a morte.
- IV. Nos três textos, predomina a função poética da linguagem, evidenciada pelo trabalho estético com as palavras, pelo uso de figuras de linguagem e pela exploração de recursos sonoros e rítmicos.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 08

Considerando as normas de concordância verbal e nominal da língua culta e os possíveis problemas de ambiguidade, assinale a alternativa em que a reescrita do trecho abaixo mantenha o sentido original e esteja gramaticalmente **CORRETA**.

“A demora na análise dos processos, segundo alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, o que tem gerado recorrentes reclamações.”

(A) Devem-se à complexidade dos novos sistemas, conforme alegam os contribuintes, a demora na análise dos processos e as recorrentes reclamações geradas.

(B) Os contribuintes alegam que a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, os quais tem gerado recorrentes reclamações.

(C) Segundo os contribuintes, a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, que, recorrentemente, vêm gerando reclamações.

(D) A demora na análise dos processos, alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas e às recorrentes reclamações que têm sido geradas.

(E) A demora na análise dos processos, segundo alegação dos contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, fato que tem gerado recorrentes reclamações.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa que preenche, **CORRETA** e respectivamente, as lacunas do texto abaixo, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa quanto à regência, à crase e à colocação pronominal.

"O relator do projeto de lei orçamentária apresentou _____ comissão _____ emendas que _____ propostas durante a audiência pública, garantindo que _____ analisaria com a devida atenção."

- (A) à / suas / lhe foram / as.
- (B) a / suas / foram-lhe / às.
- (C) à / suas / lhe foram / às.
- (D) a / à / o foram / as.
- (E) à / suas / o foram / às.

QUESTÃO 10

Considere o período abaixo e analise as relações de sentido estabelecidas pelos conectores destacados:

"O magistrado indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal, **porque** considerou as testemunhas arroladas suspeitas para depor no processo, **conforme** jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, **embora** a defesa tenha apresentado contrarrazões robustas argumentando pela idoneidade das testemunhas."

Os conectores destacados estabelecem, no contexto, relações de sentido, respectivamente, de:

(A) Causa, conformidade e oposição.

(B) Causa, comparação e concessão.

(C) Explicação, consequência e condição.

(D) Explicação, conformidade e concessão.

(E) Conclusão, conformidade e proporção.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

A formulação e a execução de políticas públicas envolvem escolhas de prioridades, coordenação entre órgãos e níveis de governo e definição de arranjos para prestação de serviços essenciais. Em contextos municipais amazônicos, a capacidade estatal de integrar saúde, educação, assistência social, saneamento e infraestrutura se relaciona diretamente com a qualidade de vida e com desigualdades territoriais.

Considerando a atuação estatal no modelo constitucional brasileiro de prestação de serviços públicos e formulação de políticas públicas, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) O Estado tende a exercer papel prioritariamente normativo na definição de políticas, enquanto a execução dos serviços essenciais se organiza como atividade administrativa de rotina. Nesse enquadramento, a qualidade de vida decorre sobretudo da eficiência interna dos órgãos e do ajuste de procedimentos de atendimento.

(B) O Estado tende a atuar como regulador de políticas públicas, com provisão predominante dos serviços essenciais por agentes privados e comunitários. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se relaciona principalmente à liberdade de escolha do usuário e à diversidade de ofertas no território.

(C) O Estado tende a formular e executar políticas públicas por meio de planejamento, coordenação e responsabilização institucional em articulação federativa. Nesse enquadramento, a cobertura e a qualidade de serviços como saúde, educação, assistência, saneamento e infraestrutura influenciam condições de vida, equidade e desenvolvimento social.

(D) O Estado tende a orientar políticas públicas a partir de metas setoriais independentes, com execução baseada em entregas pontuais e baixa necessidade de integração. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se explica majoritariamente por ações emergenciais e por respostas imediatas à demanda.

(E) O Estado tende a se concentrar em formulação estratégica e em transferência de recursos, delegando a execução dos serviços essenciais a redes sociais autônomas. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se consolida pela autogestão comunitária e por arranjos locais de provisão.

QUESTÃO 12

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando a concepção integrada de desenvolvimento sustentável e o papel dos instrumentos públicos de gestão ambiental, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela compatibilização entre conservação e atividades produtivas, com centralidade em medidas de mitigação, compensação e recomposição ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão orientam o uso do território principalmente pelo ajuste de impactos decorrentes da atividade econômica.

(B) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela difusão de práticas produtivas de menor impacto e pela consolidação de padrões setoriais de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão atuam prioritariamente na indução de adesão progressiva e na coordenação de compromissos de uso dos recursos naturais.

(C) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pelo acompanhamento de riscos ambientais e pela adaptação territorial a alterações do regime hídrico, da cobertura vegetal e de eventos recorrentes. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão se concentram na estruturação de respostas locais e estratégias comunitárias de resiliência socioambiental.

(D) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão articulam regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental para orientar práticas e reduzir riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela valorização econômica dos recursos naturais e pela incorporação de inovação produtiva com eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão operam prioritariamente por mecanismos de indução econômica e por arranjos de competitividade regional associados à conservação.

QUESTÃO 13

A ampliação do uso de tecnologias da informação e comunicação tem reconfigurado rotinas de trabalho, padrões de consumo cultural e formas de interação entre cidadãos e instituições.

Nesse cenário, a transformação digital envolve acesso à informação, novos arranjos de serviços e circulação acelerada de conteúdos, produzindo impactos sociais, econômicos e culturais que podem ampliar oportunidades, mas também gerar assimetrias e riscos.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A transformação digital se caracteriza pela substituição integral de processos presenciais por fluxos automatizados, o que tende a uniformizar o acesso à informação e a reduzir assimetrias. Nesse quadro, impactos sociais e culturais decorrem principalmente da padronização tecnológica e da eliminação de intermediários institucionais.

(B) A transformação digital envolve reorganização de processos e serviços, com uso de TICs e ampliação de canais de acesso à informação. Nesse quadro, seus impactos sociais, econômicos e culturais dependem de condições como conectividade, letramento informacional e desenho institucional, podendo tanto reduzir barreiras quanto reforçar desigualdades.

(C) O uso de TICs se estrutura como fenômeno predominantemente técnico, com efeitos concentrados na produtividade econômica. Nesse quadro, impactos sociais e culturais se organizam como externalidades de baixo alcance, e o acesso à informação se define principalmente por disponibilidade de equipamentos.

(D) O acesso à informação no contexto digital se consolida por mecanismos espontâneos de autorregulação de plataformas, que tendem a assegurar neutralidade e equilíbrio informacional. Nesse quadro, os impactos sociais decorrem do aumento da oferta de conteúdo e da multiplicação de canais de comunicação.

(E) A transformação digital se orienta por processos de comunicação centralizados, nos quais a circulação informacional se organiza por fontes institucionais únicas. Nesse quadro, impactos culturais se vinculam à estabilidade de narrativas públicas e à redução de conflitos interpretativos.

QUESTÃO 14

A discussão contemporânea sobre saúde e bem-estar social tem destacado que condições de vida, trabalho, renda, moradia, saneamento, mobilidade e segurança influenciam padrões de adoecimento e possibilidades de prevenção. Em espaços urbanos, a qualidade de vida depende tanto de escolhas individuais quanto de fatores estruturais e de políticas públicas que organizam o território e reduzem vulnerabilidades.

Considerando determinantes sociais da saúde, hábitos saudáveis, prevenção de doenças e segurança/qualidade de vida, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) Determinantes sociais da saúde correspondem principalmente a predisposições individuais e a escolhas de estilo de vida, de modo que prevenção de doenças se organiza por rotinas pessoais. Nesse quadro, segurança urbana atua como fator indireto, com baixa interferência sobre riscos sanitários.

(B) Determinantes sociais da saúde incluem fatores estruturais e territoriais, como renda, educação, trabalho, moradia, saneamento e acesso a serviços. Nesse quadro, hábitos saudáveis e prevenção de doenças se articulam a políticas e condições de segurança e qualidade de vida no espaço social e urbano.

(C) Qualidade de vida urbana se explica por oferta de serviços especializados e por respostas clínicas a agravos, enquanto prevenção de doenças se concentra em ações de curto prazo. Nesse quadro, determinantes sociais têm relevância sobretudo como contexto cultural, com menor relação com desigualdades materiais.

(D) A prevenção de doenças se fundamenta em intervenções tecnológicas e em acesso a informações digitais, enquanto hábitos saudáveis se consolidam por motivação individual. Nesse quadro, determinantes sociais se relacionam ao comportamento coletivo e não influenciam diretamente o funcionamento do ambiente urbano.

(E) Segurança e qualidade de vida no contexto urbano se vinculam prioritariamente à presença de infraestrutura física, enquanto determinantes sociais se concentram em aspectos psicológicos e culturais. Nesse quadro, a prevenção de doenças depende principalmente de campanhas informativas e de autocuidado.

QUESTÃO 15

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas.

Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental se consolida pela manutenção de áreas sensíveis e pela indução de atividades produtivas com foco em recomposição ambiental posterior. Nesse quadro, o desenvolvimento sustentável se organiza por medidas de mitigação e compensação como eixo central de gestão socioambiental.

(B) A sustentabilidade se estrutura pela ampliação de práticas produtivas consideradas de baixo impacto e pela adoção de padrões voluntários de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas públicas atuam como referências gerais de orientação, favorecendo adesão progressiva e ajustes setoriais no uso de recursos naturais.

(C) Os impactos socioambientais se expressam sobretudo por alterações climáticas de escala ampliada e por variações naturais do regime hídrico e da cobertura vegetal. Nesse quadro, políticas de proteção se direcionam à adaptação territorial e ao fortalecimento de respostas comunitárias a eventos ambientais recorrentes.

(D) O desenvolvimento sustentável se compreende pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental incluem instrumentos de regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental, orientando práticas e reduzindo riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental se organiza por valorização econômica de recursos naturais e por incentivos à inovação produtiva, promovendo eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção priorizam mecanismos econômicos de indução, articulando competitividade regional e conservação em bases produtivas modernizadas.

QUESTÃO 16

A economia local e regional pode ser compreendida pela articulação entre atividades predominantes, relação entre setor público e privado, dinâmicas de trabalho e renda e condições estruturais que favorecem ou limitam o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, decisões de investimento, infraestrutura, qualificação e capacidade institucional influenciam a organização produtiva e os efeitos sociais do crescimento.

Considerando essas noções, analise as assertivas abaixo e, a seguir, identifique a alternativa **CORRETA**.

I. As atividades econômicas predominantes de um território tendem a se relacionar com seus recursos disponíveis, sua posição geográfica e sua forma de ocupação, repercutindo em oportunidades de trabalho e renda.

II. O setor público influencia o desenvolvimento regional por meio de políticas, serviços e investimentos, ao passo que o setor privado participa por produção, circulação de bens e serviços e geração de postos de trabalho.

III. A noção de economia local e regional inclui a análise de encadeamentos produtivos, fluxos de renda e circulação de mercadorias e serviços, permitindo compreender desigualdades e potencialidades de desenvolvimento.

IV. O desenvolvimento regional se explica principalmente por crescimento econômico agregado, sendo a distribuição de renda e o acesso a serviços fatores secundários para avaliação de qualidade de vida e bem-estar social.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 17

A diversidade cultural brasileira e amazônica se expressa em práticas, símbolos e modos de vida que estruturam identidades regionais e formas de pertencimento.

No âmbito social, o respeito à pluralidade cultural, social e étnica implica reconhecer diferentes matrizes formadoras e enfrentar dinâmicas de exclusão e discriminação que afetam o acesso a direitos e a participação na vida coletiva.

Considerando diversidade cultural, manifestações tradicionais e identidade regional, identifique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A diversidade cultural pode ser compreendida como coexistência de matrizes e práticas sociais distintas, cujas expressões contribuem para identidades regionais e para a construção de sentidos de pertencimento em diferentes grupos.

(B) Manifestações culturais tradicionais funcionam como referências simbólicas e práticas coletivas que preservam memórias sociais e se atualizam no tempo, integrando processos dinâmicos de identidade regional.

(C) O respeito à pluralidade social, cultural e étnica se vincula à valorização de diferentes modos de vida e à promoção de convivência democrática, considerando que identidades se formam por processos históricos e relações sociais.

(D) A identidade regional pode ser compreendida como resultado de interações entre experiências históricas, práticas culturais e relações sociais, expressando continuidades e transformações em um mesmo território.

(E) A pluralidade cultural e étnica se consolida sobretudo por assimilação progressiva de diferenças em padrões culturais majoritários, de modo que a integração social se organiza pela homogeneização de práticas e referências coletivas.

QUESTÃO 18

No cenário econômico nacional amplamente divulgado no início de 2026, destacaram-se a entrada em vigor do novo salário mínimo (R\$ 1.621), a divulgação de inflação mensal de janeiro em 0,33% (com 4,44% no acumulado em 12 meses) e a manutenção da taxa Selic em 15,00% ao ano.

Esse conjunto de informações foi frequentemente apresentado no debate público como base para interpretações sobre renda, preços, crédito e atividade econômica.

Considerando uma leitura contextual de atualidades econômicas, que articula renda, inflação e política monetária, analise as alternativas a seguir e, em seguida, aponte a que está **CORRETA**.

(A) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação nominal do salário mínimo como referência principal de dinamismo da renda, enquanto inflação e taxa básica de juros atuam como parâmetros de ajuste institucional, com efeitos secundários na interpretação das condições de consumo e financiamento.

(B) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação mensal da inflação como referência central de estabilidade de preços, enquanto o acumulado em 12 meses e a taxa básica de juros atuam como parâmetros de acompanhamento, com menor relevância para a análise das expectativas e das condições de crédito.

(C) A leitura do cenário econômico se organiza pela manutenção da taxa básica de juros como referência predominante de coordenação macroeconômica, enquanto renda e inflação corrente atuam como indicadores de acomodação do ciclo, com efeitos derivados sobre consumo e custo de vida.

(D) A leitura do cenário econômico se organiza pela articulação entre renda, inflação e política monetária, de modo que reajuste do salário mínimo, inflação corrente e acumulada e taxa básica de juros componham sinais simultâneos para análise de consumo, crédito, custo de vida e atividade, sem permitir inferência linear a partir de um único indicador.

(E) A leitura do cenário econômico se organiza pela combinação entre renda do trabalho e inflação corrente como eixo de interpretação do poder de compra, enquanto a taxa básica de juros atua sobretudo como referência de política financeira, com incidência indireta sobre a dinâmica cotidiana de preços e decisões de consumo.

QUESTÃO 19

A análise de aspectos gerais do Amapá e de Mazagão, em nível superior, envolve articular localização geográfica, características socioeconômicas, formação histórica e cultural e importância regional, relacionando esses elementos à inserção amazônica e ao contexto nacional. Nessa perspectiva, o território não é apenas cenário físico, mas também base para dinâmicas sociais, culturais e econômicas que estruturam o desenvolvimento.

Considerando esse recorte, identifique a alternativa **INCORRETA**.

(A) A inserção do Amapá no contexto amazônico e nacional pode ser analisada pela articulação entre território, redes naturais e padrões de ocupação, influenciando dinâmicas socioeconômicas e integração regional.

(B) As características socioeconômicas de Mazagão podem ser compreendidas a partir de sua posição no espaço estadual e de suas formas de organização produtiva e social, que se conectam a dinâmicas regionais amazônicas.

(C) A formação histórica e cultural do Amapá e de Mazagão se relaciona a processos de ocupação e constituição identitária, com permanências e transformações que ajudam a explicar referências simbólicas regionais.

(D) A importância regional do Amapá pode ser discutida considerando-se sua participação em dinâmicas amazônicas e sua interação com políticas e fluxos de escala nacional, repercutindo sobre infraestrutura, economia e organização social.

(E) A localização geográfica do Amapá se define pela inserção no centro do território brasileiro, com predominância de eixos terrestres inter-regionais como matriz de integração nacional, o que condiciona a organização socioeconômica de Mazagão no interior estadual.

QUESTÃO 20

A organização político-administrativa do Brasil combina repartição de competências entre entes federativos e mecanismos de participação social, permitindo que cidadãos acompanhem e influenciem a gestão pública por diferentes vias institucionais. Nesse quadro, a cidadania se conecta tanto ao exercício de direitos e deveres quanto ao controle social da Administração Pública.

Considerando essas noções, analise as assertivas a seguir e identifique a alternativa **CORRETA**.

I. A organização político-administrativa do Brasil compreende União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com autonomia assegurada no âmbito constitucional e competências distribuídas entre esferas próprias e compartilhadas.

II. A repartição de competências pode envolver matérias de interesse comum e regimes de atuação coordenada, demandando articulação entre entes federativos na execução de políticas e serviços públicos.

III. A participação social e o controle social se realizam prioritariamente por órgãos estatais de fiscalização, de modo que a atuação cidadã direta tende a assumir papel secundário na dinâmica de acompanhamento da Administração Pública.

IV. O controle social pode ocorrer por instrumentos institucionais e sociais de acompanhamento e cobrança, como instâncias participativas, canais de comunicação com o poder público e mecanismos de transparência e acesso à informação.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 21

Em um sistema de controle de acesso, considere a seguinte condição:

“Sempre que o acesso for liberado, é necessário que o candidato apresente documento oficial com foto e, além disso, assine a lista de presença ou apresente comprovante de agendamento”.

Proposições:

a: o acesso é liberado.

p: o candidato apresenta documento oficial com foto.

q: o candidato assina a lista de presença.

r: o candidato apresenta comprovante de agendamento.

Notação utilizada:

\neg (negação); \wedge (conjunção); \vee (disjunção);

\rightarrow (implicação).

Considere as proposições acima e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) $a \rightarrow ((p \wedge q) \vee r)$.

(B) $a \rightarrow (p \wedge (q \vee r))$.

(C) $(a \rightarrow p) \wedge (q \vee r)$.

(D) $(p \wedge (q \vee r)) \rightarrow a$.

(E) $a \rightarrow (p \vee (q \wedge r))$.

QUESTÃO 22

Considere as proposições simples “p” e “q” e a proposição composta:

$P = (p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$.

Considerando a lógica proposicional clássica, analise as alternativas quanto à equivalência lógica de P, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) P é logicamente equivalente a $(p \vee q)$.

(B) P é logicamente equivalente a $(p \wedge q)$.

(C) P é logicamente equivalente a $(\neg p \vee q) \wedge (\neg q \vee p)$.

(D) P é logicamente equivalente a $(p \rightarrow q)$.

(E) P é logicamente equivalente a $\neg(p \leftrightarrow q)$.

QUESTÃO 23

Durante uma reunião de planejamento, um coordenador afirmou:

“Conversei com dois servidores do setor de protocolo e ambos disseram que não gostam de mudanças. Portanto, os servidores desta instituição resistem a qualquer mudança.”

De acordo com a teoria da argumentação, analise o raciocínio apresentado, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) O argumento incorre em generalização apressada.

(B) O argumento incorre em falso dilema.

(C) O argumento incorre em ad hominem.

(D) O argumento incorre em petição de princípio.

(E) O argumento incorre em apelo à autoridade.

QUESTÃO 24

Em uma conferência de 260 documentos administrativos digitalizados, foram identificadas três possíveis inconsistências:

A: documento com assinatura ausente.

B: documento com data incompleta.

C: documento com página ilegível.

Sabe-se que:

$n(A) = 150$.

$n(B) = 130$.

$n(C) = 110$.

$n(A \text{ interseção } B) = 65$.

$n(A \text{ interseção } C) = 58$.

$n(B \text{ interseção } C) = 49$.

$n(A \text{ interseção } B \text{ interseção } C) = 22$.

Com base nesses dados, determine a quantidade de documentos que apresentam exatamente duas inconsistências, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 84.

(B) 94.

(C) 128.

(D) 150.

(E) 106.

QUESTÃO 25

Considere a sequência numérica a seguir:

2, 6, 7, 21, 22, 66, ___

Observando a regularidade do padrão apresentado, determine o próximo termo da sequência, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 68.

(B) 69.

(C) 70.

(D) 67.

(E) 72.

QUESTÃO 26

Um sistema de protocolo gera códigos de 4 caracteres utilizando apenas os algarismos 0 a 9, sem repetição de dígitos. Por regra, o código não pode começar com 0 (zero) e deve terminar com um dígito par.

Considere que o dígito 0 (zero) é permitido na última posição.

Determine o número total de códigos possíveis, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 2.160.
- (B) 2.296.
- (C) 2.520.
- (D) 2.880.
- (E) 3.024.

QUESTÃO 27

Em uma caixa há 12 envelopes de habilitação, sendo:

- 8 envelopes com documentação completa (C).
- 4 envelopes com documentação incompleta (I).

Dois envelopes são retirados sucessivamente, ao acaso, sem reposição.

Com base nessas informações, determine a probabilidade de que seja retirado pelo menos um envelope com documentação incompleta (I), e em seguida, indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 14/33.
- (B) 8/33.
- (C) 5/11.
- (D) 1/3.
- (E) 19/33.

QUESTÃO 28

Um contrato anual de prestação de serviços tinha valor inicial de R\$ 125.000,00. No período seguinte, foi aplicado um reajuste de 12% e, posteriormente, foi concedido um desconto de 5% sobre o valor já reajustado.

Com base nessas informações, determine o valor final do contrato após o reajuste e o desconto, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) R\$ 131.250,00.
- (B) R\$ 132.500,00.
- (C) R\$ 133.000,00.
- (D) R\$ 133.500,00.
- (E) R\$ 134.000,00.

QUESTÃO 29

No plano cartesiano, considere o ponto "P" de coordenadas (3, -2). Sobre esse ponto, são aplicadas, nesta ordem, as seguintes transformações:

1. Uma translação T que leva (x, y) em (x - 4, y + 5).
2. Uma rotação de 90° no sentido horário em torno da origem.

Com base nessas informações, determine as coordenadas do ponto final obtido após as duas transformações, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) (3, 1).
- (B) (3, -1).
- (C) (-3, 1).
- (D) (-3, -1).
- (E) (1, 3).

QUESTÃO 30

O quadro a seguir apresenta a quantidade de processos concluídos por três setores, em dois meses consecutivos.

SETOR	JANEIRO	FEVEREIRO
Setor A	90	110
Setor B	70	90
Setor C	40	50

Com base nos dados apresentados, determine a variação percentual do total de processos concluídos em FEVEREIRO em relação a JANEIRO e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 18%.
- (B) 20%.
- (C) 22%.
- (D) 25%.
- (E) 30%.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 31

Em razão de demanda superior à oferta, a prefeitura instituiu critérios para priorização de atendimento em um serviço público municipal de alta procura (com vagas/atendimentos limitados), devendo justificar a medida à luz de cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade.

Considerando os fundamentos constitucionais e a distinção entre igualdade material e tratamento arbitrário, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A priorização baseada na regularidade fiscal do usuário e no histórico de contribuição tributária ao ente local expressa um critério de cidadania ativa, produzindo igualdade na medida em que alinha precedência no serviço à participação no financiamento coletivo.

(B) A priorização baseada em vulnerabilidade objetivamente mensurada, com regras públicas, motivação e possibilidade de revisão administrativa, compatibiliza dignidade e igualdade ao admitir diferenciação razoável orientada ao interesse público.

(C) A priorização baseada no tempo de residência no município e no vínculo político-administrativo do requerente, concretiza cidadania e igualdade por reconhecer o pertencimento territorial como parâmetro central, relegando critérios socioeconômicos a função complementar.

(D) A priorização baseada em indicação comunitária (conselhos locais, lideranças ou representação territorial), formalizada em procedimento padronizado, concretiza dignidade e igualdade por substituir critérios socioeconômicos por reconhecimento social, reduzindo risco de favorecimento.

(E) A priorização baseada em sorteio entre todos os cadastrados, por assegurar tratamento idêntico aos interessados, traduz de modo típico a igualdade material e preserva dignidade ao evitar qualquer diferenciação entre situações sociais distintas.

QUESTÃO 32

Para enfrentar conflitos recorrentes de uso do espaço urbano (ruído, eventos, comércio ambulante e ocupações temporárias), a prefeitura passou a editar atos normativos e praticar atos concretos de poder de polícia, disciplinando horários, exigindo autorizações para certas atividades e aplicando medidas administrativas.

Considerando os limites constitucionais à restrição de direitos fundamentais, a legalidade, a proporcionalidade e a motivação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A atuação municipal de poder de polícia pode impor condicionamentos ao uso de bens públicos e ao exercício de atividades em espaços urbanos, desde que o faça com base em competência administrativa legítima, finalidade pública definida e medidas proporcionais ao risco que se pretende mitigar.

(B) A restrição administrativa de direitos no espaço urbano demanda motivação que explicita a finalidade, o nexos com a situação regulada e a adequação do meio empregado, permitindo controle posterior de legalidade e de eventual desvio de finalidade, sem transformar discricionariedade em arbítrio.

(C) A exigência de autorização prévia para determinados eventos em praças e vias pode ser compatível com direitos fundamentais quando estruturada por critérios objetivos, prazos e procedimentos, funcionando como mecanismo de gestão do uso do bem público, e não como filtro de conteúdo ou de orientação do ato.

(D) A aplicação de medidas administrativas imediatas (como interdição de atividade irregular ou apreensão de equipamentos) pode ocorrer no âmbito do poder de polícia quando houver disciplina normativa e proporcionalidade na providência, assegurando-se, em seguida, via adequada de impugnação e revisão administrativa.

(E) A prefeitura pode, por decreto, instituir diretamente limites gerais de uso do espaço público e sanções administrativas correspondentes, ainda que não exista disciplina legal municipal específica sobre a matéria, desde que a motivação aponte a proteção da ordem urbana e a medida seja apresentada como proporcional.

QUESTÃO 33

Uma prefeitura pretende: (i) editar norma de posturas urbanas (ruído, ocupação de calçadas, horários e requisitos procedimentais para eventos), (ii) ajustar regras de licenciamento urbanístico e (iii) reforçar ações de vigilância sanitária e fiscalização ambiental urbana, com previsão de sanções administrativas e procedimentos de revisão.

De acordo com a CF/88 e da repartição de competências (competência material vs legislativa; competência comum vs concorrente; normas gerais vs suplementação/interesse local), analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente (atuação comum) e, no plano legislativo, editar normas de interesse local e suplementares para posturas, uso do solo e procedimentos fiscalizatórios, inclusive com sanções administrativas, desde que observe devido processo e não contrarie parâmetros gerais fixados por normas superiores.

(B) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, na ausência de normas gerais federais prévias, editar disciplina com alcance de norma geral setorial para estruturar integralmente a política local, desde que a regra seja aplicável apenas no território municipal e esteja motivada no interesse público.

(C) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, mas sua competência legislativa em matéria concorrente pressupõe norma geral federal e norma suplementar estadual anteriores, de modo que, sem disciplina estadual específica, o município atua predominantemente por atos administrativos e não por lei local.

(D) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, em razão da sua autonomia administrativa, está autorizado a dispensar o licenciamento ambiental definido em lei estadual ou federal, estabelecendo, por lei local, que atividades de impacto relevante fiquem sujeitas apenas à fiscalização discricionária do prefeito.

(E) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, e pode editar posturas urbanas, mas a previsão de sanções administrativas com efeitos imediatos deve ser tratada como matéria legislativa típica de nível superior, razão pela qual a disciplina municipal se limita a orientações e recomendações, sem estruturar um regime sancionatório próprio.

QUESTÃO 34

No âmbito municipal, a organização do Estado e a separação de funções impõem distinções entre controle (fiscalização, auditoria, monitoramento) e gestão (execução administrativa).

Considerando as funções institucionais no município e os mecanismos de controle recíproco, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Controle e gestão são funções complementares: o órgão de controle, ao identificar impropriedades, pode assumir atos executórios para assegurar continuidade e eficiência, pois a finalidade pública autoriza a transição do controle para a execução quando houver risco de dano ao interesse coletivo.

(B) Controle e gestão se diferenciam por enfoque: o controle tem natureza técnica e, por isso, pode emitir comandos vinculantes sobre procedimentos de execução, inclusive determinando escolhas administrativas, desde que fundamente suas ordens em critérios de eficiência e economicidade.

(C) Controle e gestão são funções distintas: o controle acompanha, verifica e recomenda, enquanto a gestão decide e executa. O controle pode indicar impropriedades e requerer informações, mas não substitui o gestor na prática de atos administrativos, permanecendo a execução sujeita a responsabilização e controle posterior.

(D) Controle e gestão se diferenciam por temporalidade. O controle opera preferencialmente a posteriori, quando ocorre de forma concomitante, perde neutralidade e, por isso, deve se abster de requisitar informações durante a execução, limitando-se a relatórios finais.

(E) Controle e gestão se diferenciam por competência: a gestão detém a titularidade do ato administrativo e, por isso, pode modular o fornecimento de dados e documentos ao controle conforme juízo de conveniência, preservando discricionariedade e autonomia decisória do órgão executor.

QUESTÃO 35

De acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (LIMPE) — e da ideia de juridicidade como atuação conforme o ordenamento jurídico em sentido amplo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A legalidade administrativa vincula a atuação estatal à lei e ao direito; em especial, a Administração exerce competências delimitadas, devendo agir com fundamento normativo e finalidade pública, sob controle de legalidade.

(B) A impessoalidade orienta a atuação administrativa para fins públicos, vedando favorecimentos e perseguições, e também funciona como parâmetro para aferir promoção pessoal indevida, inclusive em atos e comunicações institucionais.

(C) A moralidade administrativa exige probidade, lealdade e boa-fé no exercício da função pública, operando como critério jurídico de validade do ato, ainda que o ato seja formalmente legal.

(D) A eficiência autoriza a Administração a afastar exigências legais e procedimentais sempre que elas imponham custos ou atrasos, desde que a decisão seja motivada no interesse público e na necessidade de entrega de resultados.

(E) A publicidade assegura transparência e controle social dos atos administrativos, admitindo formas e limites definidos pelo ordenamento, especialmente quando envolvam sigilos legítimos e proteção de dados.

QUESTÃO 36

O controle da Administração Pública pode ocorrer por diferentes vias, envolvendo mecanismos internos, externos, judiciais e também participação social, cada qual com escopo próprio.

Considerando limites entre controle de legalidade e controle de mérito administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O controle pode examinar conformidade do ato com o ordenamento e, conforme o caso, apontar irregularidades. O controle judicial tende a incidir sobre juridicidade e não substitui escolhas de conveniência e oportunidade, salvo quando houver violação de parâmetros jurídicos.

(B) O controle externo se concentra em resultados e eficiência e, por isso, pode substituir a decisão administrativa por outra considerada superior, sempre que a avaliação técnica indicar alternativa mais vantajosa ao interesse público.

(C) O controle interno se limita a registrar atos e arquivar documentos, pois a análise de procedimentos e a verificação de falhas caracterizam interferência indevida na gestão e comprometem a separação funcional.

(D) O controle judicial se orienta à melhor solução administrativa e, por isso, pode redefinir prioridades de políticas públicas sempre que houver divergência técnica sobre o caminho mais eficiente.

(E) O controle social é incompatível com a Administração Pública, pois transparência e acesso à informação não se relacionam com controle, mas apenas com divulgação institucional de atos já concluídos.

QUESTÃO 37

No serviço público municipal, agentes públicos estão sujeitos a deveres funcionais, vedações e padrões de integridade, com atenção a conflito de interesses e à probidade administrativa. Considerando esses conceitos em nível geral, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A integridade funcional admite que o agente utilize informações internas não públicas para orientar decisões pessoais, desde que não haja prejuízo direto ao erário, pois a vedação relevante recai apenas sobre o recebimento de vantagem indevida.

(B) O conflito de interesses exige prova de vantagem efetiva obtida pelo agente; na ausência de benefício comprovado, não há risco à integridade, sendo irrelevante a aparência de parcialidade ou a proximidade com interessados.

(C) A probidade administrativa está relacionada ao dever de agir com honestidade e lealdade às finalidades públicas; por isso, situações que comprometam imparcialidade podem demandar medidas preventivas para proteger a confiança na decisão pública.

(D) Dever funcional e ética pública se limitam ao cumprimento literal de normas internas; escolhas que suscitem dúvida sobre imparcialidade são matérias exclusivamente privadas, salvo quando houver denúncia formal e instauração de processo disciplinar.

(E) A atuação em atendimento ao público é campo livre de conflitos, pois a decisão é rotineira; assim, o agente pode privilegiar pedidos de pessoas conhecidas, desde que também atenda os demais, preservando a aparência de cordialidade e eficiência.

QUESTÃO 38

No Direito Administrativo, a validade do ato administrativo é analisada à luz de seus elementos clássicos (competência, finalidade, forma, motivo e objeto) e da distinção entre vício e mérito administrativo. Considerando especialmente a diferença entre vício de finalidade (desvio) e vício de motivo/objeto, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O vício de finalidade ocorre quando o agente atua fora do interesse público, e pode ser tratado como questão de mérito, pois envolve a conveniência da decisão; por isso, sua correção é feita por revogação, e não por invalidação.

(B) O vício de finalidade se caracteriza quando o ato, embora formalmente adequado, é praticado com propósito diverso do previsto em lei, como favorecimento ou perseguição; nesse caso, não se trata de mero mérito, mas de ilegalidade por desvio de finalidade.

(C) O vício de motivo está presente quando a Administração escolhe uma alternativa menos eficiente entre opções lícitas; por isso, a invalidação do ato decorre do controle de mérito, sempre que demonstrada superioridade técnica de outra decisão.

(D) O vício de objeto ocorre quando a motivação apresentada é insuficiente ou genérica; nesses casos, o defeito reside na falta de fundamentação, que é componente do mérito e pode ser suprido por justificativa posterior sem repercussão sobre a validade.

(E) O vício de motivo e o vício de finalidade se confundem, pois ambos dizem respeito às razões do administrador; assim, a distinção é apenas terminológica e não altera o regime de controle e correção do ato.

QUESTÃO 39

No regime jurídico dos atos administrativos, o desfazimento pode ocorrer por anulação ou por revogação, com fundamentos e efeitos distintos.

Considerando a diferença entre ilegalidade e conveniência/oportunidade, bem como os efeitos sobre situações concretas, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A anulação decorre de conveniência e oportunidade e se aplica quando o ato não é mais útil ao interesse público. A revogação decorre de ilegalidade e é o meio adequado para corrigir vícios de competência, finalidade, forma, motivo ou objeto.

(B) A anulação e a revogação são modalidades equivalentes de desfazimento, diferenciando-se apenas pelo órgão que as pratica; seus efeitos temporais são idênticos, pois qualquer desfazimento impede que o ato produza efeitos desde a origem.

(C) A revogação é aplicável tanto a atos legais quanto ilegais, pois a Administração pode optar por desfazer o ato por razões de mérito ou de juridicidade. A anulação, por sua vez, é reservada a hipóteses em que exista prejuízo financeiro mensurável.

(D) A revogação produz efeitos necessariamente retroativos, pois desfaz o ato desde a origem. A anulação, por corrigir ilegalidade, pode produzir efeitos apenas para o futuro, preservando integralmente os efeitos anteriores do ato.

(E) A anulação decorre de ilegalidade e, em regra, opera *ex tunc*. A revogação decorre de conveniência e oportunidade e, em regra, opera *ex nunc*, admitida preservação excepcional de efeitos por segurança jurídica.

QUESTÃO 40

No âmbito municipal, a transparência administrativa envolve transparência ativa e passiva, mecanismos de controle social e limites decorrentes de proteção de dados pessoais e hipóteses legais de sigilo.

Considerando esse equilíbrio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A transparência ativa se concretiza pela divulgação proativa de informações de interesse coletivo, com atualização, linguagem acessível e meios de consulta que viabilizem acompanhamento de receitas, despesas, contratos e resultados.

(B) A transparência passiva pressupõe resposta motivada a pedidos de informação, com indicação de providências adotadas e possibilidade de revisão, inclusive quando a informação já estiver disponível por outro meio oficial.

(C) Em documentos que contenham dados pessoais, é possível compatibilizar publicidade e proteção de dados por meio de tarja/anonimização e fornecimento parcial, preservando o conteúdo necessário ao controle social.

(D) Em documentos que contenham dados pessoais, o tratamento adequado é o indeferimento integral do acesso, pois a proteção de dados prevalece sobre a transparência, cabendo o fornecimento apenas mediante decisão judicial específica.

(E) A restrição de acesso por sigilo pode ocorrer quando houver hipótese legal pertinente, devendo ser justificada, limitada ao necessário e estruturada de modo a preservar, sempre que viável, o acesso ao conteúdo não protegido.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 41

A constituição histórica do Serviço Social ocorreu em contextos sociais e institucionais diversos, nos quais diferentes matrizes interpretativas da questão social orientaram modelos distintos de intervenção.

No processo de renovação profissional, especialmente a partir da consolidação de referenciais crítico-dialéticos no debate brasileiro, redefiniram-se os critérios de legitimidade da ação profissional, o estatuto teórico-metodológico da prática e o lugar das mediações institucionais na apreensão e no enfrentamento das expressões da questão social.

Considerando, como parâmetro explícito, a perspectiva crítico-dialética vinculada à tradição marxiana e ao projeto ético-político profissional, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA** acerca da relação entre prática profissional, mediação institucional e questão social.

(A) A redefinição dos fundamentos da intervenção profissional situa a prática como trabalho social historicamente determinado, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, compreendendo a questão social como expressão das contradições estruturais e reconhecendo a mediação institucional como campo contraditório que, simultaneamente, condiciona e viabiliza estratégias profissionais orientadas por direção social e por defesa de direitos.

(B) A redefinição dos fundamentos da intervenção profissional situa a prática como função especializada de regulação sociopolítica, compreendendo a questão social como conjunto de tensões decorrentes de desajustes de integração e assumindo a mediação institucional como instância de coordenação normativa capaz de reordenar respostas sociais segundo parâmetros de governabilidade e estabilização.

(C) A redefinição dos fundamentos da intervenção profissional situa a prática como ação técnico-pedagógica de recomposição de vínculos e pertencimentos, compreendendo a questão social como agregação de vulnerabilidades e riscos produzidos por trajetórias sociais descontínuas e atribuindo à mediação institucional o papel de articular percursos de reinserção e adaptação progressiva às dinâmicas societárias.

(D) A redefinição dos fundamentos da intervenção profissional situa a prática como gestão qualificada de demandas e ofertas de proteção social, compreendendo a questão social como déficit de acesso a bens, serviços e oportunidades e concebendo a mediação institucional como arranjo de governança orientado por eficiência, focalização e racionalização de fluxos no atendimento às necessidades sociais.

(E) A redefinição dos fundamentos da intervenção profissional situa a prática como aplicação plural de métodos e técnicas conforme a singularidade das demandas, compreendendo a questão social como heterogeneidade de necessidades sociais objetivadas em requisições institucionais e definindo a mediação institucional como espaço axiologicamente neutro no qual a legitimidade da ação decorre, prioritariamente, da adequação instrumental e da eficácia procedimental.

QUESTÃO 42

Em uma instituição pública municipal, a equipe técnica analisa ocorrências reiteradas de acesso desigual a serviços, benefícios e garantias socioassistenciais por distintos grupos do território.

No debate interno, emergem leituras divergentes sobre os fundamentos que orientam a intervenção profissional frente às desigualdades e sobre o significado institucional das ações no interior das

políticas sociais, especialmente quanto ao estatuto das mediações institucionais na conformação das respostas públicas.

Considerando, como critério de correção, o Projeto Ético-Político do Serviço Social em sua fundamentação crítico-dialética, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A atuação profissional orientada pelo Projeto Ético-Político se caracteriza pela apreensão das desigualdades sociais como problemas de aderência normativa e de conformidade organizacional, situando a mediação institucional como operador de regulação procedimental voltado à padronização de fluxos, à previsibilidade decisória e à correção técnica das respostas às demandas sociais.

(B) A atuação profissional orientada pelo Projeto Ético-Político se caracteriza pela apreensão das desigualdades sociais como disfunções de integração e de ajustamento sistêmico, situando a mediação institucional como operador de estabilização das interações sociais, orientado à recomposição do equilíbrio funcional entre sujeitos, normas e estruturas sociais.

(C) A atuação profissional orientada pelo Projeto Ético-Político se caracteriza pela apreensão das desigualdades sociais como assimetrias de oportunidades produzidas por posições desiguais nas arenas institucionais, situando a mediação institucional como operador de gestão de acessos, centrado na mobilização de redes, na otimização de recursos disponíveis e na ampliação incremental de oportunidades de inserção social.

(D) A atuação profissional orientada pelo Projeto Ético-Político se caracteriza pela apreensão das desigualdades sociais como efeito da complexificação contemporânea das demandas e da segmentação de públicos, situando a mediação institucional como operador técnico de focalização e especialização de respostas, com ênfase na racionalização de prioridades, na eficiência alocativa e no controle de resultados institucionais.

(E) A atuação profissional orientada pelo Projeto Ético-Político se caracteriza pela apreensão das desigualdades sociais como expressões historicamente constituídas das contradições sociais que atravessam a sociabilidade, situando a mediação institucional como operador contraditório e constitutivo da intervenção profissional na garantia, na disputa e na efetivação do acesso a direitos socialmente instituídos.

QUESTÃO 43

Em um município, diferentes órgãos públicos acompanham a situação de uma criança inserida em contexto de vulnerabilidade social que demanda atendimento simultâneo em serviços de saúde, acesso a benefícios socioassistenciais e proteção previdenciária de seu núcleo familiar.

A análise técnica do caso exige a compreensão da arquitetura constitucional da proteção social brasileira, notadamente do desenho da seguridade social e da articulação entre seus componentes, à luz das diretrizes estruturantes previstas na Constituição Federal.

Considerando o modelo constitucional da seguridade social (CF/88, arts. 194 e 195) e a forma como saúde, assistência social e previdência social se organizam e se articulam na garantia de direitos sociais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A seguridade social configura um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, operando por políticas institucionalmente diferenciadas e orientadas por diretrizes comuns de proteção social.

(B) A seguridade social se organiza por políticas públicas setoriais com campos próprios de atuação estatal, cuja articulação institucional se vincula a princípios e diretrizes constitucionais que estruturam a proteção social e balizam a conformação de mecanismos de acesso, cobertura e financiamento.

(C) A seguridade social se estrutura por políticas com bases institucionais próprias, cuja integração pressupõe, como requisito transversal de acesso a benefícios e serviços, a contribuição direta do beneficiário para o custeio, em razão do princípio da equidade na forma de participação no financiamento.

(D) A seguridade social compreende políticas públicas que se diferenciam quanto às formas de acesso, financiamento e cobertura, combinando regimes contributivos e não contributivos e mantendo articulação institucional orientada à proteção social em múltiplas dimensões.

(E) A seguridade social se estrutura a partir de políticas públicas com competências específicas e instrumentos próprios de intervenção, cuja integração se relaciona à configuração constitucional de um sistema de proteção social que articula distintos meios de garantia de direitos sociais.

QUESTÃO 44

A organização da assistência social no Brasil resultou de um processo de institucionalização progressiva no âmbito da seguridade social, no qual diferentes instrumentos normativos e diretrizes político-organizativas definiram princípios, objetivos, formas de gestão e mecanismos de oferta de serviços e benefícios. Nesse percurso, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) configuram referenciais fundamentais para a definição das bases conceituais e operacionais da política pública de assistência social.

As formulações normativas que estruturam esses instrumentos expressam diferentes níveis de regulação e organização da política pública, estabelecendo relações específicas entre princípios, diretrizes e formas de operacionalização da proteção social no âmbito estatal.

Considerando essas diferentes dimensões normativas e institucionais da organização da assistência social brasileira, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) A LOAS define diretrizes gerais de organização da proteção social, a PNAS estabelece critérios jurídicos de concessão de benefícios assistenciais, e o SUAS organiza a formulação normativa da política de assistência social no âmbito da seguridade social.

(B) A LOAS estabelece os fundamentos legais da assistência social como política integrante da seguridade social, a PNAS define diretrizes e parâmetros de organização da proteção social, e o SUAS estrutura a operacionalização da política por meio de sistema público descentralizado e participativo.

(C) A LOAS regulamenta a organização administrativa dos entes federativos na gestão da assistência social, a PNAS define a estrutura legal do financiamento da política, e o SUAS estabelece parâmetros conceituais para definição da assistência social como direito social.

(D) A LOAS estrutura o modelo técnico-operativo da proteção social básica e especial, a PNAS regulamenta os mecanismos de controle social da política, e o SUAS define os princípios constitucionais que fundamentam a assistência social como política pública.

(E) A LOAS estabelece os critérios operacionais de funcionamento da rede socioassistencial, a PNAS define os instrumentos jurídicos de acesso aos benefícios, e o SUAS organiza a sistematização conceitual da assistência social como política integrante da seguridade social.

QUESTÃO 45

Em determinado território municipal, a equipe técnica da rede socioassistencial acompanha o caso de uma criança em idade escolar cuja família apresenta histórico de instabilidade nas condições de moradia, fragilidade nos vínculos familiares e dificuldades recorrentes de acesso a serviços públicos.

A situação envolve ausências frequentes na escola, negligência reiterada nos cuidados básicos, e violação de direitos caracterizada, exigindo acompanhamento técnico sistemático da dinâmica familiar, sem afastamento do convívio familiar até o momento.

Na análise do caso, os profissionais consideram o grau de vulnerabilidade social, a presença de violações e o nível de complexidade da intervenção necessária, tendo em vista a organização da proteção social no âmbito do SUAS e a definição das responsabilidades institucionais conforme o tipo de demanda identificada no território.

Sob a perspectiva das possibilidades de enquadramento técnico-operacional da situação apresentada no âmbito da organização da proteção social do SUAS, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) A situação caracteriza demanda compatível com a proteção social básica, considerando a centralidade do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de acompanhamento preventivo e intervenções de caráter continuado no território.

(B) A situação caracteriza demanda compatível com a proteção social especial de alta complexidade, considerando a necessidade de medidas de proteção integral que implicam afastamento do convívio familiar e acolhimento institucional.

(C) A situação caracteriza demanda compatível com a proteção social básica, considerando a necessidade de inclusão prioritária em programas de transferência de renda como estratégia central de enfrentamento da vulnerabilidade social identificada.

(D) A situação caracteriza demanda compatível com a proteção social especial de média complexidade, considerando a necessidade de acompanhamento especializado decorrente de indícios de violação de direitos que exigem intervenção técnica sistemática junto ao núcleo familiar.

(E) A situação caracteriza demanda compatível com a proteção social especial de alta complexidade, considerando a necessidade de acompanhamento interinstitucional voltado à reorganização das condições socioeconômicas da família no território.

QUESTÃO 46

Em um município, a equipe de uma instituição pública identifica que uma família acompanhada no território apresenta agravamento progressivo de suas condições de convivência, com registros de conflitos intrafamiliares recorrentes, fragilização dos vínculos e indícios de violação de direitos de um de seus membros.

A situação vinha sendo acompanhada por serviço territorial voltado ao fortalecimento de vínculos e à prevenção de riscos sociais, mas passou a demandar intervenção técnica especializada, com acompanhamento sistemático e articulação com outros órgãos da rede de proteção.

No processo de definição dos encaminhamentos institucionais, a equipe técnica analisa as atribuições específicas dos equipamentos que compõem a rede socioassistencial, considerando a natureza da demanda, o nível de complexidade da intervenção e as responsabilidades de cada unidade no trabalho social com famílias.

Sob a perspectiva das competências institucionais do CRAS e do CREAS na organização da proteção social do SUAS, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) O CRAS realiza atendimento especializado em situações de violação de direitos que exigem intervenção técnica continuada, enquanto o CREAS executa acompanhamento territorial preventivo voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

(B) O CRAS realiza a coordenação das medidas protetivas aplicadas em contextos de violação de direitos, enquanto o CREAS executa ações de inclusão social de caráter preventivo voltadas à redução de vulnerabilidades no território.

(C) O CRAS realiza acompanhamento territorial preventivo e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, enquanto o CREAS executa acompanhamento especializado em situações que envolvem violação de direitos e demandam intervenção técnica sistemática.

(D) O CRAS realiza acompanhamento especializado em situações que envolvem risco pessoal e social decorrente de violação de direitos, enquanto o CREAS executa ações territoriais continuadas de prevenção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

(E) O CRAS realiza acompanhamento técnico especializado com foco na responsabilização familiar em contextos de violação de direitos, enquanto o CREAS executa ações de organização da rede territorial voltadas à prevenção de riscos sociais.

QUESTÃO 47

Durante o acompanhamento de uma família em situação de intensa vulnerabilidade social, a equipe técnica de uma instituição pública recebe solicitação administrativa para que sejam compartilhadas informações detalhadas sobre a dinâmica familiar, incluindo aspectos sensíveis da vida privada dos usuários, com a justificativa de subsidiar decisões internas de gestão de benefícios e priorização de atendimentos. A família manifesta preocupação quanto à exposição de informações pessoais e demonstra resistência ao compartilhamento ampliado de dados, solicitando esclarecimentos sobre os limites da utilização dessas informações.

No processo de análise do caso, a equipe técnica considera simultaneamente as exigências institucionais, o direito dos usuários à proteção de sua privacidade e os princípios que orientam o exercício profissional, especialmente aqueles relacionados à autonomia, à dignidade da pessoa humana e à não discriminação no acesso às políticas públicas.

Diante das diferentes possibilidades de encaminhamento institucional e considerando os fundamentos éticos que orientam o exercício profissional no Serviço Social, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) A decisão profissional se orienta pela primazia das determinações administrativas institucionais, considerando que a organização interna dos serviços constitui referência normativa suficiente para definir a extensão do compartilhamento das informações obtidas no atendimento.

(B) A decisão profissional se orienta pela avaliação técnica da relevância das informações para a gestão dos benefícios, considerando que a finalidade institucional do atendimento define os critérios de utilização dos dados coletados no acompanhamento social.

(C) A decisão profissional se orienta pela análise das condições operacionais do serviço, considerando que a eficiência administrativa constitui parâmetro central para definir a circulação de informações entre os setores institucionais envolvidos no atendimento.

(D) A decisão profissional se orienta pela adequação das informações às rotinas organizacionais do serviço, considerando que a padronização dos procedimentos institucionais constitui referência para a definição dos limites do acesso aos dados dos usuários.

(E) A decisão profissional se orienta pela mediação entre demandas institucionais e direitos dos usuários, considerando a necessidade de preservar a confidencialidade das informações e assegurar que seu compartilhamento ocorra apenas nos limites compatíveis com a proteção da dignidade e da autonomia dos envolvidos.

QUESTÃO 48

Durante o acompanhamento de um estudante em situação de vulnerabilidade social, a equipe técnica de uma instituição pública recebe solicitação de outro órgão da rede de proteção para compartilhamento de informações obtidas em atendimento individual, incluindo registros sensíveis sobre a dinâmica familiar e aspectos da vida privada dos usuários.

A justificativa apresentada se refere à necessidade de articulação interinstitucional para definição de medidas de proteção social.

Na análise da situação, a equipe considera simultaneamente o dever de sigilo profissional, a proteção dos direitos do usuário e a necessidade de comunicação entre instituições que integram a rede de atendimento.

Nesse contexto, diferentes interpretações são formuladas acerca dos limites e das condições de compartilhamento de informações no exercício profissional.

Sob a perspectiva dos fundamentos éticos e normativos que orientam o sigilo profissional no Serviço Social, analise as assertivas abaixo e indique a alternativa **CORRETA**.

I. O sigilo profissional constitui princípio que orienta a proteção das informações obtidas no exercício profissional, devendo o compartilhamento ocorrer em condições que preservem a finalidade da intervenção e a proteção dos direitos do usuário.

II. O compartilhamento de informações entre instituições que integram a rede de proteção social pode ocorrer quando vinculado à garantia de direitos, desde que observado o princípio da necessidade e a finalidade da comunicação institucional.

III. A circulação de informações entre órgãos institucionais é definida prioritariamente pelas rotinas administrativas da rede de atendimento, cabendo ao profissional adequar o compartilhamento de dados às demandas organizacionais do serviço.

IV. A comunicação de informações no trabalho interinstitucional deve considerar a proteção da privacidade do usuário e a responsabilidade profissional quanto ao uso, à finalidade e aos limites da divulgação dos dados obtidos no atendimento.

(A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 49

Um município implementa um programa voltado à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social na rede pública de ensino. Após período inicial de execução, a gestão pública institui procedimentos sistemáticos de acompanhamento dos resultados alcançados, análise dos dados produzidos pelo programa e revisão periódica das estratégias adotadas, com o objetivo de verificar o alcance das metas previstas e orientar possíveis ajustes na execução das ações.

No processo de gestão do programa, são mobilizados diferentes instrumentos relacionados ao planejamento, ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas, cada um com funções específicas na produção de informações, na análise de resultados e na tomada de decisão administrativa.

Considerando as diferentes funções desses instrumentos no ciclo de gestão das políticas públicas e suas formas de utilização na análise dos resultados de programas sociais, indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) O monitoramento corresponde à análise final dos resultados alcançados após a conclusão do programa, enquanto a avaliação envolve o acompanhamento contínuo da execução das atividades previstas no planejamento inicial.
- (B) O monitoramento corresponde à definição dos objetivos estratégicos e das metas do programa, enquanto a avaliação envolve a organização administrativa dos recursos necessários à implementação das ações previstas.
- (C) O monitoramento corresponde à mensuração exclusiva dos custos operacionais do programa, enquanto a avaliação envolve a verificação do cumprimento formal das normas administrativas que regulam sua execução.
- (D) O monitoramento corresponde ao acompanhamento sistemático da execução das ações e da produção contínua de informações sobre o programa, enquanto a avaliação envolve análise estruturada dos resultados e de seus efeitos em relação aos objetivos estabelecidos.
- (E) O monitoramento corresponde à revisão normativa dos critérios de elegibilidade do programa, enquanto a avaliação envolve a reorganização institucional das unidades responsáveis por sua execução territorial.

QUESTÃO 50

A organização das políticas públicas no Brasil incorpora mecanismos institucionais de participação social voltados à formulação, ao acompanhamento e ao controle das ações estatais, especialmente em áreas relacionadas à garantia de direitos sociais. Nesse arranjo, conselhos de direitos e conferências constituem espaços institucionalizados de participação cidadã, com funções específicas na definição de diretrizes, na avaliação das políticas públicas e na articulação entre Estado e sociedade civil.

No âmbito da política de atendimento à criança e ao adolescente, esses mecanismos integram a estrutura de gestão democrática das políticas públicas, exercendo atribuições próprias quanto à deliberação, ao controle social e à produção de orientações para a organização das ações governamentais.

Considerando a natureza institucional, as competências e as funções dos conselhos de direitos e das conferências no sistema de participação social das políticas públicas, indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Os conselhos de direitos correspondem a instâncias periódicas de consulta pública destinadas à formulação de diretrizes gerais das políticas públicas, enquanto as conferências constituem órgãos permanentes responsáveis pela deliberação administrativa das ações governamentais.
- (B) Os conselhos de direitos constituem instâncias permanentes e paritárias de deliberação e controle social das políticas públicas, enquanto as conferências correspondem a espaços periódicos de avaliação, proposição de diretrizes e debate público sobre a organização dessas políticas.
- (C) Os conselhos de direitos exercem função consultiva de assessoramento técnico aos gestores públicos, enquanto as conferências correspondem a instâncias deliberativas responsáveis pela regulamentação normativa das políticas públicas.
- (D) Os conselhos de direitos constituem órgãos administrativos vinculados à execução direta de programas governamentais, enquanto as conferências correspondem a espaços institucionais de coordenação intersetorial da gestão pública.
- (E) Os conselhos de direitos exercem função normativa de formulação jurídica das políticas públicas, enquanto as conferências correspondem a instâncias de monitoramento técnico da execução orçamentária dos programas governamentais.

QUESTÃO 51

Em uma instituição pública que atende população socialmente diversa, diferentes grupos culturais e étnicos passam a relatar dificuldades recorrentes de acesso a serviços e participação em atividades institucionais, apesar da existência de normas que estabelecem tratamento formalmente igualitário para todos os usuários.

A gestão institucional sustenta que os procedimentos adotados são uniformes e aplicáveis indistintamente, enquanto parte da equipe técnica aponta que a aplicação homogênea de regras pode produzir efeitos desiguais sobre grupos que vivenciam condições sociais, culturais ou históricas diferenciadas.

No debate interno, são formuladas interpretações distintas sobre o significado da igualdade no acesso às políticas públicas, o papel das instituições na reprodução ou enfrentamento das desigualdades sociais e os fundamentos que orientam intervenções voltadas à promoção da inclusão social em contextos marcados pela diversidade.

À luz da concepção de igualdade material (equidade) e do reconhecimento da diversidade no campo dos direitos humanos, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) A promoção da igualdade no acesso às políticas públicas envolve a consideração das condições sociais diferenciadas que incidem sobre os sujeitos, de modo que a adoção de estratégias institucionais específicas pode constituir mediação necessária para a redução de desigualdades produzidas em contextos historicamente estruturados.

(B) A promoção da igualdade no acesso às políticas públicas envolve a aplicação uniforme de normas institucionais, uma vez que a diferenciação de procedimentos compromete a neutralidade administrativa necessária ao tratamento imparcial dos usuários.

(C) A promoção da igualdade no acesso às políticas públicas envolve a ampliação progressiva da cobertura institucional dos serviços, uma vez que a expansão quantitativa da oferta constitui mecanismo suficiente para reduzir diferenças de acesso entre grupos sociais distintos.

(D) A promoção da igualdade no acesso às políticas públicas envolve a adequação dos sujeitos às regras institucionais vigentes, uma vez que a estabilidade normativa dos procedimentos constitui condição necessária para a universalização do atendimento.

(E) A promoção da igualdade no acesso às políticas públicas envolve a especialização técnica das respostas institucionais às demandas sociais, uma vez que a diferenciação funcional dos serviços constitui o principal mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais.

QUESTÃO 52

Durante o acompanhamento de uma criança atendida por diferentes serviços públicos, profissionais da rede identificam indícios de possível violência no âmbito familiar, observados por alterações comportamentais, sinais recorrentes de negligência e relatos indiretos que sugerem comprometimento das condições de cuidado.

A situação ainda não foi formalmente confirmada, mas exige análise técnica e definição de providências institucionais no âmbito da rede de proteção.

No encaminhamento do caso, os profissionais consideram os deveres de comunicação, as competências dos órgãos responsáveis e os princípios que orientam a atuação interinstitucional na garantia de direitos da criança.

Sob a perspectiva dessas atribuições institucionais e dos fundamentos que orientam a atuação diante de suspeitas de violência doméstica infantil, indique a alternativa **INCORRETA**.

(A) A identificação de indícios de violência contra a criança implica dever de comunicação aos órgãos competentes, independentemente de confirmação formal da violação de direitos.

(B) A atuação diante de suspeita de violência doméstica infantil envolve articulação entre instituições da rede de proteção, considerando a complementaridade de competências na adoção de medidas de proteção.

(C) A definição das medidas de proteção a serem aplicadas depende exclusivamente da avaliação técnica dos profissionais que realizaram o primeiro atendimento do caso.

(D) A intervenção institucional diante de indícios de violência doméstica infantil se orienta pelo princípio da proteção integral, priorizando a segurança da criança e a prevenção de agravamento do risco.

(E) A análise da situação deve considerar a proteção da criança, a responsabilização quando cabível e o acompanhamento das condições familiares no âmbito das medidas adotadas.

QUESTÃO 53

Em uma instituição pública municipal, uma equipe técnica precisa produzir documentação para subsidiar decisão administrativa que envolve proteção social e encaminhamentos intersetoriais relativos a um núcleo familiar acompanhado.

Para tanto, são cogitados diferentes produtos técnico-profissionais, com finalidades distintas:

(i) sistematizar informações obtidas em entrevistas, visitas e análise documental; (ii) organizar um registro técnico da intervenção realizada e de seus encaminhamentos; (iii) emitir posicionamento analítico conclusivo, com fundamentação técnico-metodológica, voltado à orientação de decisão institucional.

Considerando a diferenciação entre esses instrumentos conforme o uso técnico-profissional consagrado na literatura e nas orientações do CFESS, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) O estudo social registra formalmente as providências adotadas e os encaminhamentos efetivados; o relatório técnico apresenta juízo conclusivo com indicação de medidas; o parecer reúne dados coletados em visitas e entrevistas, sem necessidade de fundamentação analítica.

(B) O estudo social corresponde ao pronunciamento conclusivo que orienta a decisão institucional; o relatório técnico estrutura a interpretação socioeconômica do caso; o parecer descreve o histórico de atendimento e a sequência de encaminhamentos executados.

(C) O estudo social tem finalidade predominantemente descritiva e procedimental; o relatório técnico opera como peça conclusiva e decisória; o parecer organiza dados e evidências do caso, restringindo-se à apresentação do conteúdo coletado.

(D) O estudo social organiza a apreensão da realidade a partir de procedimentos técnicos e análise de determinações sociofamiliares; o relatório técnico sistematiza o acompanhamento e os encaminhamentos realizados; o parecer apresenta juízo técnico fundamentado, com conclusão orientadora da decisão institucional.

(E) O estudo social e o relatório técnico possuem natureza equivalente quanto à finalidade analítica; o parecer configura registro técnico do acompanhamento, com ênfase na cronologia da intervenção e na padronização do atendimento.

QUESTÃO 54

O diagnóstico territorial e comunitário, no âmbito do planejamento de intervenções sociais, envolve a seleção criteriosa de indicadores, a interpretação de informações socioeconômicas e a articulação entre dados quantitativos e análises qualitativas, evitando inferências simplificadoras e confusões entre descrição de fenômenos, explicação causal e definição de prioridades de intervenção.

Nesse processo, a leitura territorial deve considerar limites metodológicos dos indicadores, riscos de generalização indevida e a necessidade de triangulação de fontes para qualificação do planejamento.

Considerando conceitos de indicadores sociais, diagnóstico territorial e planejamento de intervenção, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) Indicadores sociais possuem capacidade explicativa suficiente para fundamentar decisões sem necessidade de análise qualitativa, pois a objetividade estatística garante correspondência direta entre o valor do indicador e a intensidade real do fenômeno social observado

(B) Diagnóstico territorial consiste, prioritariamente, em medir carências absolutas, de modo que indicadores relativos e comparativos tendem a produzir distorções e devem ser evitados quando o objetivo é estabelecer prioridades para intervenção institucional.

(C) Planejamento de intervenção deve ser definido a partir de um indicador sintético principal, pois a utilização de múltiplos indicadores aumenta a subjetividade analítica e compromete a consistência técnica na definição de metas e ações institucionais.

(D) Triangulação de fontes é procedimento dispensável no diagnóstico territorial, uma vez que a padronização dos indicadores oficiais elimina a necessidade de considerar barreiras de acesso, dinâmicas territoriais e variáveis institucionais de registro.

(E) Indicadores sociais permitem descrever dimensões da realidade e apoiar prioridades, mas não substituem a análise de contexto; por isso, o diagnóstico territorial exige triangulação de fontes e cuidado com vieses de registro, sob pena de confundir variação de notificação com variação do fenômeno.

QUESTÃO 55

O enfoque dos determinantes sociais da saúde (DSS) constitui uma perspectiva analítica que relaciona condições de vida, trabalho, renda, moradia, ambiente, acesso a bens e serviços, redes de proteção e processos históricos de desigualdade aos padrões de adoecimento, desenvolvimento e bem-estar.

Nesse campo, torna-se metodologicamente relevante distinguir fatores individuais de condicionantes estruturais, evitando reducionismos biologicistas e interpretações que tratem desigualdades de saúde como meros efeitos de escolhas pessoais isoladas.

Considerando os determinantes sociais da saúde, sua dimensão interdisciplinar e a relação entre condições sociais, desenvolvimento infantil e impactos na aprendizagem, analise as alternativas a seguir e indique a que está **CORRETA**.

(A) A análise dos DSS compreende que a saúde infantil depende principalmente de variáveis biológicas e genéticas, sendo fatores sociais apenas elementos periféricos, pois a aprendizagem se define por maturação individual e por estímulos pedagógicos independentemente das condições de vida.

(B) A análise dos DSS compreende que condições sociais e institucionais incidem sobre riscos e proteção ao longo do desenvolvimento infantil, influenciando trajetórias de saúde e aprendizagem, de modo que ações intersetoriais podem atuar sobre fatores estruturais além do cuidado clínico individual.

(C) A análise dos DSS compreende que desigualdades de saúde decorrem de padrões culturais e escolhas familiares, sendo intervenções prioritariamente educativas suficientes para equalizar resultados, uma vez que políticas públicas têm alcance restrito sobre condições materiais do território.

(D) A análise dos DSS compreende que fatores sociais explicam diferenças de acesso a serviços, mas não afetam processos de desenvolvimento infantil, pois o impacto sobre aprendizagem se limita à frequência escolar e não se relaciona a condições de moradia, alimentação e segurança.

(E) A análise dos DSS compreende que intervenções em saúde coletiva devem se concentrar na ampliação da oferta assistencial, pois a expansão do serviço é condição suficiente para neutralizar desigualdades, independentemente de renda, trabalho e proteção social.

QUESTÃO 56

Uma criança acompanhada por serviços públicos apresenta sofrimento psíquico persistente, com episódios de retraimento, irritabilidade e recusa recorrente de participação em atividades coletivas, além de oscilações no vínculo com familiares e cuidadores.

A equipe que acompanha a situação discute possibilidades de encaminhamento, considerando tanto a necessidade de cuidado continuado quanto o risco de respostas centradas apenas em medidas imediatas e pouco articuladas, especialmente quando a demanda envolve simultaneamente dimensões familiares, comunitárias e institucionais.

Diante das alternativas de organização do cuidado e da atuação intersetorial entre serviços, a equipe busca uma condução que preserve direitos, evite estigmatização e opere com lógica territorial e de rede.

Considerando atenção psicossocial, saúde mental e articulação intersetorial no cuidado de crianças em sofrimento psíquico, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) A condução do cuidado deve priorizar encaminhamento imediato para internação como estratégia central, pois a persistência do sofrimento indica necessidade de afastamento do convívio e de estabilização clínica antes de qualquer ação territorial.

(B) A condução do cuidado deve se concentrar na adequação comportamental da criança às rotinas institucionais, pois a previsibilidade disciplinar constitui mediação suficiente para reduzir sofrimento psíquico e conflitos relacionais.

(C) A condução do cuidado deve se restringir ao acompanhamento clínico individual, pois ações intersetoriais tendem a ampliar a exposição do caso e comprometer a proteção da privacidade, reduzindo a efetividade do tratamento.

(D) A condução do cuidado deve articular serviços em rede e no território, com construção compartilhada de um projeto de acompanhamento que considere contexto familiar e comunitário, evitando reduzir a demanda a resposta exclusivamente medicamentosa ou disciplinar.

(E) A condução do cuidado deve se orientar pela categorização diagnóstica como eixo exclusivo de intervenção, pois a definição nosológica é condição suficiente para determinar fluxos de atendimento e intervenções necessárias.

QUESTÃO 57

Em contextos institucionais atravessados por desigualdades sociais, a relação entre escola, família e comunidade tende a mobilizar interpretações distintas sobre deveres, responsabilidades e limites de atuação de cada esfera.

Nessas configurações, a noção de corresponsabilidade educativa pode ser compreendida tanto como articulação cooperativa orientada por direitos quanto como mecanismo de transferência indevida de encargos, especialmente quando as condições materiais e os recursos de proteção social são desigualmente distribuídos no território.

A mediação relacional entre escola, família e comunidade, quando orientada por princípios democráticos e por uma leitura não culpabilizadora das vulnerabilidades, exige distinguir cooperação institucional de responsabilização individualizante e considerar as redes públicas de proteção como parte constitutiva da resposta social.

Considerando essas dimensões e os limites da corresponsabilidade educativa em políticas públicas, analise as alternativas a seguir e indique a que está **CORRETA**.

(A) A corresponsabilidade educativa pressupõe articulação cooperativa entre escola, família e comunidade, sem converter vulnerabilidades em culpa, integrando redes públicas de proteção como mediação institucional para garantir direitos e sustentação de trajetórias escolares.

(B) A corresponsabilidade educativa pressupõe centralização das decisões no núcleo familiar, pois a autonomia privada constitui parâmetro suficiente para orientar o processo educativo, cabendo à escola apenas executar diretrizes definidas pelos responsáveis.

(C) A corresponsabilidade educativa pressupõe equivalência funcional entre escola e família, pois a distribuição igual de atribuições reduz conflitos e torna dispensável a articulação intersetorial com serviços públicos do território.

(D) A corresponsabilidade educativa pressupõe adequação das famílias às normas institucionais como eixo principal, pois a estabilidade disciplinar constitui condição suficiente para reorganizar vínculos comunitários e melhorar a permanência escolar.

(E) A corresponsabilidade educativa pressupõe priorização de estratégias punitivas e condicionais, pois a responsabilização individual constitui instrumento adequado para enfrentar desigualdades, assegurando o alinhamento das famílias aos objetivos institucionais.

QUESTÃO 58

No debate contemporâneo sobre educação inclusiva, as dificuldades de aprendizagem e participação têm sido analisadas a partir de categorias que distinguem condições individuais, desigualdades estruturais e barreiras produzidas no ambiente escolar e no território.

Nesse marco, a inclusão não se limita ao acesso formal, mas envolve acessibilidade, participação, permanência e aprendizagem, articulando respostas pedagógicas, institucionais e intersetoriais conforme a natureza das barreiras identificadas.

Considerando políticas de inclusão e a noção de barreiras sociais à aprendizagem, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) A identificação de barreiras à aprendizagem implica reconhecer obstáculos predominantemente pedagógicos, cuja superação se dá por reforço e nivelamento curricular, sendo a intersetorialidade pertinente apenas quando há violação formal de direitos no território.

(B) A identificação de barreiras à aprendizagem implica reconhecer que vulnerabilidade social opera como fator externo ao ambiente escolar, de modo que a escola deve manter procedimentos uniformes e acionar políticas sociais apenas para assegurar frequência e matrícula.

(C) A identificação de barreiras à aprendizagem implica reconhecer que desigualdades educacionais decorrem principalmente de lacunas de estimulação familiar, cabendo à escola compensar tais déficits por estratégias focalizadas, independentemente de revisões nas práticas institucionais.

(D) A identificação de barreiras à aprendizagem implica reconhecer que inclusão se satisfaz com garantia de acesso e disponibilização de apoios especializados quando necessários, sendo a reorganização institucional secundária diante da ampliação de cobertura do atendimento.

(E) A identificação de barreiras à aprendizagem implica reconhecer obstáculos atitudinais, organizacionais, comunicacionais e territoriais que restringem participação e acessibilidade, exigindo respostas institucionais e intersetoriais sem reduzir o problema a atributos individuais do estudante.

QUESTÃO 59

No ordenamento jurídico e no debate educacional contemporâneo, a escola pública é compreendida como instituição social vinculada à garantia de direitos, à formação humana e à produção de condições de participação cidadã.

Nessa perspectiva, a função social da escola articula dimensões pedagógicas, políticas e institucionais, envolvendo princípios como universalidade do acesso, permanência com qualidade, gestão democrática, equidade e enfrentamento de desigualdades que incidem sobre trajetórias educacionais.

As alternativas a seguir apresentam formulações distintas sobre o papel da educação pública e a garantia de direitos educacionais, considerando a relação entre escola, cidadania e políticas públicas.

À luz dessas formulações, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A função social da escola pública envolve assegurar acesso, permanência e aprendizagem com padrão de qualidade, compreendendo a educação como direito e como mediação de participação cidadã, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais.

(B) A função social da escola pública envolve a produção de condições institucionais que reduzam desigualdades educacionais, articulando princípios universais com estratégias de equidade capazes de enfrentar barreiras territoriais, sociais e organizacionais.

(C) A função social da escola pública envolve a oferta formal do serviço educacional e o cumprimento de parâmetros pedagógicos gerais, de modo que ações voltadas à permanência e à proteção de trajetórias escolares se vinculam prioritariamente a outras políticas, sem integrar o núcleo de responsabilidade educacional.

(D) A função social da escola pública envolve a constituição de espaço público formativo, no qual gestão democrática, participação e responsabilização institucional operam como mediações para a efetivação de direitos e para o fortalecimento da cidadania.

(E) A função social da escola pública envolve a formação para a vida social e para a convivência democrática, o que pressupõe reconhecimento da diversidade, combate a discriminações e articulação institucional com redes públicas quando tais dimensões incidem sobre o exercício de direitos.

QUESTÃO 60

No planejamento social, diferentes instrumentos técnico-metodológicos cumprem funções específicas na passagem entre diagnóstico, definição de prioridades, formulação de objetivos, organização de estratégias e estruturação de mecanismos de acompanhamento.

A precisão conceitual desses instrumentos é decisiva para evitar confusões entre etapas do planejamento, produtos de execução e dispositivos estritamente orçamentários.

Considerando a finalidade e a diferenciação metodológica entre instrumentos do planejamento social, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) A árvore de problemas define indicadores e metas de desempenho; o marco lógico registra procedimentos executados e encaminhamentos; o cronograma físico-financeiro explicita pressupostos e riscos como eixo do planejamento.

(B) A árvore de problemas explicita relações causais e delimita o problema central; o marco lógico organiza objetivos, resultados e atividades com indicadores e pressupostos; o cronograma físico-financeiro distribui ações, prazos e custos no tempo.

(C) A árvore de problemas hierarquiza ações conforme custos e recursos; o marco lógico prioriza o mapeamento de atores e interesses; o cronograma físico-financeiro estabelece o problema central e seus determinantes estruturais.

(D) A árvore de problemas consolida evidências de cumprimento de metas; o marco lógico estima demanda territorial e dimensiona público-alvo; o cronograma físico-financeiro define a teoria explicativa da intervenção e suas relações de causalidade.

(E) A árvore de problemas define linhas de alocação orçamentária; o marco lógico fixa dotação e autoriza execução de despesa; o cronograma físico-financeiro estabelece diretrizes de política pública com base em instrumentos orçamentários.